

CONTRATO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CAFETERIA / BISTRÔ, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PINACOTECA BENEDICTO CALIXTO E VERA CORREA DE CASTRO – ME EPP.

Por este instrumento, de um lado a FUNDAÇÃO PINACOTECA BENEDICTO CALIXTO, CNPJ nº 55.673.255/0001-07, com sede à Avenida Bartolomeu de Gusmão nº 15, Boqueirão, CEP 11045-400, em Santos, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Presidente da Diretoria Executiva Professora Sílvia Ângela Teixeira Penteado, brasileira, casada, portadora do CPF nº 596.608.308-82 e do RG nº 4.605.570-8, residente em Santos, sito na rua Oswaldo Cruz, 277, conforme poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto da Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto, doravante designada apenas PERMITENTE, e, de outro lado, VERA CORREA DE CASTRO – ME EPP, CNPJ 10.378.295/0001-98, Com sede na rua José Cabaleiro, n. 36, em Santos/SP, representada por VERA CORREA DE CASTRO, brasileira, separada, RG. 78.768.536 e CPF 283.059.811-34, domiciliada na rua Waldomiro Si9lveira, 29, apt. 41, Boqueirão em Santos/SP, daqui em diante denominada apenas PERMISSIONÁRIA, resolvem firmar o presente Contrato de Permissão Onerosa de Uso, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO LEGAL

Autorizada pela Lei nº 2.164, de 10 de dezembro de 2003, a Prefeitura Municipal de Santos, concedeu direito real de uso à Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto, do imóvel da Avenida Bartolomeu de Gusmão nº 15 e respectivo terreno, tendo entrada independente pela Avenida Eptácio Pessoa n. 100, frente e fundos e sido previsto, na Cláusula Terceira do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, que, como detentora do domínio útil do imóvel, nele a Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto pode dispor de áreas livres para instalação de cafeteria, estacionamento e outras atividades comerciais, em ordem a prover meios financeiros para a sua subsistência.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

A PERMITENTE, desejando proporcionar aos visitantes e frequentadores da Pinacoteca Benedicto Calixto, serviço de "CAFÉ/BISTRO" e fazer aproveitamento útil da área que constitui o objeto do presente contrato, uma edícula coberta e afins, destinada a Café, situada na parte dos fundos dos jardins do imóvel sito na Avenida Eptácio Pessoa n. 100, que confronta com os fundos da Avenida Bartolomeu de Gusmão nº 15, Boqueirão, em Santos/SP, autorizado o uso interno e externo de aproximadamente 150 (cento e cinquenta) metros quadrados, sendo 100 (cem) metros quadrados de área coberta com banheiros e cerca de 50 (cinquenta) metros quadrados de área descoberta, para a exploração comercial de Cafeteria/Bistrô, que também poderá servir de apoio aos eventos realizados pela Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto, vedada qualquer outra finalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O local objeto desta permissão se encontra em perfeitas condições de uso e conservação, estando devidamente pintado e com todos os acessórios em pleno e perfeito funcionamento, à exceção da adaptação da cozinha e ligações de água, luz e gás.



PARÁGRAFO SEGUNDO - O acesso do público ao Café/Bistrô será feito pela entrada do estacionamento, sito na Avenida Eptácio Pessoa nº 100 e respeitados os horários de abertura da Pinacoteca, também poderá ter entrada de pedestres pela Avenida Bartolomeu de Gusmão nº 15, em Santos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

O espaço objeto da presente PERMISSÃO ONEROSA DE USO destina-se, exclusivamente e enquanto esta perdurar, à exploração do Café/Bistrô, nas condições e horários descritos nos anexos integrantes deste contrato, será utilizado para a edificação do Museu de Arte de Santos.

CLÁUSULA TERCEIRA - TABELA DE PRODUTOS E PREÇOS

Os produtos comercializados serão relacionados pela PERMISSIONÁRIA, com os respectivos preços, de modo discriminado em tabela que deverá ser afixada para conhecimento público, exceto no que se refere a produtos "à la carte", com o prévio exame da Administração Superior, reservando-se o PERMITENTE ao direito de fiscalizar os produtos e marcas, observado porém o disposto no item 7 do Anexo I, que faz parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência deste Contrato poderá ser de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da PERMITENTE ser prorrogado, com a anuência da PERMISSIONÁRIA, por iguais e sucessivos períodos até o limite previsto no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores, desde que exista adequabilidade das condições e dos preços, de sorte que a permissão de uso para prestação de serviços do Café/Bistrô, só poderá ser mantida até o início das obras de construção do Museu.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso ainda não tenham sido iniciadas as obras de construção do Museu de Arte de Santos e não tenham sido registradas pendências quanto ao correto e integral adimplemento contratual, o presente contrato poderá ser prorrogado por igual prazo.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR DA OCUPAÇÃO

Em retribuição à Permissão Onerosa de Uso a que se refere este contrato, a PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente à PERMITENTE a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês, mais encargos de água, luz, gás e afins. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A remuneração que será reajustada anualmente, com a utilização do índice IGP-MF FGV, ou outro que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A PERMISSIONÁRIA deverá manter contabilização de todo o seu movimento de entrada e saída de veículos, com o respectivo tempo de permanência, mediante controle eletrônico e elaboração de planilhas diárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A PERMISSIONÁRIA, como prestadora de serviços, administrará o "Café/Bistrô", devendo prestar contas à PERMITENTE, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente,

fazendo nessa ocasião o pagamento correspondente, na Secretaria da Pinacoteca, à Avenida Bartolomeu de Gusmão 15, em Santos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

A PERMISSIONÁRIA fica obrigado a realizar o pagamento da contrapartida acima estabelecida, diretamente ao PERMITENTE, que emitirá recibo, até o dia 10 do mês seguinte ao vencido.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica estipulado, a título de multa de mora, o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da adjudicação do pagamento da ocupação, além de 1% (hum por cento) ao mês de juros, correção monetária e demais cominações legais, sem prejuízo das demais penalidades previstas nos arts. 86 e 87, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA- PREPOSTO

A PERMISSIONÁRIA deverá funcionar diariamente, nos dias e horários estabelecidos e manterá, no local em que exerce a atividade prevista neste contrato, um preposto para prover o que for relativo à regular execução deste contrato, competindo-lhe:

- a) fiscalizar os seus subordinados, verificando se as atividades estão sendo exercidas a contento;
- b) manter a ordem e a disciplina de seus comandados;
- c) tomar as providências, quanto às reclamações levadas ao seu conhecimento.
- d) estabelecer escala de serviço, para que, no horário de funcionamento do Café/Bistrô, não ocorra falta de pessoal para o atendimento satisfatório;
- e) cumprir e fazer cumprir as normas de serviço ditadas pela PERMITENTE;
- f) determinar a execução dos serviços de maior urgência, visando ao perfeito funcionamento do Café/Bistrô.

CLÁUSULA NONA - USO DE MARCA, LOGOTIPO, NOME FANTASIA E UNIFORMES.

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a fazer uso de uniforme em seus empregados, aprovado pela PERMITENTE, podendo utilizar, devidamente autorizado por esta, marcas e logotipos que identificam a Fundação, inclusive em recipientes (copos, louças ou plásticos para o serviço), guardanapos e tudo mais onde possa caber o emprego de tais marcas e logotipos, não podendo a PERMISSIONÁRIA veicular qualquer outra mensagem com outras marcas e logotipos, com exceção de seu nome fantasia.

CLÁUSULA DÉCIMA - EXECUÇÃO

A PERMISSIONÁRIA executará fielmente seus serviços, de acordo com as cláusulas ora avençadas e as normas que regem o exercício de sua atividade, objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL



Obriga-se a PERMISSONÁRIA a executar os serviços de conservação, limpeza e higienização da área do Café/Bistrô e banheiros, objeto deste contrato, mantendo-os permanentemente limpos e em bom estado, utilizando, à sua exclusiva expensa, pessoal, material de consumo, serviço, aparelhos e equipamentos que se fizerem necessários ao cumprimento da finalidade deste termo, incumbindo-lhe, também, nas mesmas condições, a sua guarda e todos os reparos ou substituições que se tornarem indispensáveis ao funcionamento da Cafeteria/Bistrô, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a manter, reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas exclusivas expensas, no seu todo ou em parte, tudo o que, pertencente ao imóvel objeto da permissão, vier a desgastar-se pelo uso, inclusive pintura látex na cor branca neve.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - INSTALAÇÕES

Os aparelhos, equipamentos e materiais móveis instalados ou fixados e destinados ao uso do Café/Bistrô, permanecerão de propriedade da PERMISSONÁRIA, que indicará, precisamente, todos esses bens móveis, de seu uso, em relação a ser apresentada ao PERMITENTE, por este visada, devendo os mesmos constar, no mínimo, de fogão, geladeira freezer, forno a gás e/ou elétrico, balcões e prateleiras em aço inoxidável, máquina de café, estufas e equipamento de computação, além de mesas, cadeiras e aparelho de ar refrigerado onde couber.

§ 2º - Somente os bens assim relacionados poderão ser removidos do espaço objeto desta PERMISSÃO ONEROSA DE USO, pela PERMISSONÁRIA, mediante prévia e expressa autorização do PERMITENTE.

§ 3º- Os bens, instalações e benfeitorias, constituídas como resultado de possíveis trabalhos de adequação do espaço, que vierem a ser imobilizados, reverterão automaticamente ao patrimônio do PERMITENTE, de pleno direito e, finda, rescindida ou cancelada esta Permissão, por elas, não terá a PERMISSONÁRIA direito a qualquer indenização ou retenção, podendo o permitente, entretanto, exigir do permissionário a reposição do espaço objeto desta permissão, na situação anterior.

§ 4º- Poderá a PERMISSONARIA prover cobertura para as partes externas, de acordo com projeto a ser aprovado pela PERMITENTE, fornecendo as instalações que farão parte das obras referidas na Cláusula Décima-Sexta deste contrato.

§ 5º.- A PERMISSONÁRIA exonera a PERMITENTE de toda a qualquer responsabilidade com o pagamento de equipamentos, mão de obra especializada e necessária à operação do "Café/Bistrô", bem como por todos os encargos, neles incluídos os trabalhistas e previdenciários, impostos, taxas e tarifas de qualquer espécie que recaem ou venham a recair sobre o imóvel e sobre a atividade exercida.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

A PERMISSONÁRIA fica obrigada a assegurar o acesso ao espaço objeto desta PERMISSÃO aos membros da PERMITENTE, a toda e qualquer parte do objeto deste contrato, para a verificação do cumprimento das disposições avençadas, inclusive quanto ao comportamento dos empregados da



PERMISSIONÁRIA, que se manterão dentro dos princípios de higiene sanitária, devidamente uniformizados, respeitando a legislação do trabalho e previdência social, reservando-se, ainda, a PERMITENTE, o direito de fiscalizar a utilização dos bens imóveis e a qualidade dos produtos oferecidos ao público pela PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA- OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS

Cabe a PERMISSIONÁRIA a total responsabilidade por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do espaço objeto desta permissão de uso, respondendo civil e criminalmente por todos os prejuízos, perdas e danos que por si, seus empregados, subordinados, prepostos ou contratados ou seus clientes consumidores dos serviços por ela prestados ou produtos que comercialize, forem causados ao imóvel, ao espaço, ao patrimônio, aos servidores da PERMITENTE ou a terceiros, ficando responsável, ainda, pelas indenizações que em tais casos forem devidas.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - OUTROS ENCARGOS

A PERMISSIONÁRIA será o único responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais (salários; seguros de acidente; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição; vales-transporte; e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo), fiscais, comerciais e outros de qualquer tipo, decorrentes da execução deste Contrato, podendo o PERMITENTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

§ 1º As despesas relativas ao consumo de água, luz, gás e telefone, decorrentes da execução deste Termo, correrão por conta da PERMISSIONÁRIA, que ficará, também, responsável pelas despesas de instalações de medidores, que existam em dependência a que se refere este contrato.

§ 2º É de responsabilidade do Permissionário o controle e segurança da área de acesso às dependências da PERMITENTE, com entrada pela Avenida Epitácio Pessoa nº 100, até o limite da entrada da Avenida Bartolomeu de Gusmão n. 15, em Santos/SP, devendo o Permissionário destacar pessoa de sua confiança e sob suas expensas, para a realização do trabalho.

§ 3º Além dos seguros obrigatórios por lei, obriga-se o Permissionário a efetivar os seguintes seguros:

- a) de todo o "Café/Bistrô" contra fogo e compatível com as avaliações admitidas por seguradora, no prazo de 30 (Trinta) dias após a assinatura deste contrato; e
- b) de responsabilidade civil contra danos causados a terceiros, pela PERMISSIONÁRIA, seus empregados, subordinados, prepostos ou fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - OUTRAS RESTRIÇÕES NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO.

A PERMISSIONÁRIA reconhece o caráter precário da presente PERMISSÃO ONEROSA DE USO e obriga-se, por si e seus sucessores a:

- a) desocupar o espaço do "Café/Bistrô", restituindo-o vazio ao PERMITENTE, assim que lhe for exigido, nos casos previstos nos itens 11 e 12 do Termo de Referência, sem necessidade de qualquer interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sob pena de desocupação compulsória, por via administrativa, podendo valer-se, para tanto, do prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- b) desocupar o espaço do "Café/Bistrô", restituindo-o vazio ao PERMITENTE, assim que lhe for exigido, para dar lugar à viabilização da construção do Museu de Arte de Santos.
- c) não usar o espaço senão com a finalidade prevista nesta permissão;
- d) não ceder, transferir, arrendar, locar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, o espaço objeto desta permissão, ou os direitos e obrigações delas decorrentes;
- e) considerar terminada a presente permissão de uso, sem que tenha direito a qualquer indenização, seja a que título for, na ocorrência de sinistro ou de qualquer motivo de força maior que venha a impedir, total ou parcialmente, o uso do espaço para as finalidades a que se destina, inclusive na hipótese de superveniência de norma legal obstativa; e
- f) realizar permanentemente as manutenções corretivas e preventivas do espaço, arcando com o ônus daí decorrentes.
- g) Não ceder ou transferir, no todo ou em parte, as cotas sociais do Permissionário sem prévia anuência expressa do PERMITENTE.
- h) Substituir a garantia em caso de morte, insolvência ou falência do fiador ou de renovação do seguro fiança no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ocorrência.
- i) Manter atualizada a apólice de seguro e renovações subsequentes com cláusula beneficiária em favor do PERMITENTE, obrigando-se a entregar cópia da apólice, mediante protocolo.

PARÁGRAFO ÚNICO- Sem prejuízo da natureza precária da presente, esta permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo desde que estejam presentes razões de interesse público, ou por superveniência de norma legal obstativa, bem como na hipótese de descumprimento, pela PERMISSIONÁRIA, de qualquer uma das disposições desta PERMISSÃO ONEROSA DE USO e, ainda, de qualquer de suas obrigações ou se ocorrer qualquer uma das seguintes hipóteses:

- I) dissolução, falência ou concordata da PERMISSIONÁRIA;
- II) utilização, pela PERMISSIONÁRIA, do espaço, de forma diversa naquela estabelecida nesta PERMISSÃO;
- III) atraso no pagamento da contrapartida estabelecida, por tempo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- IV) se, após 30 (trinta) dias corridos contados da data de assinatura deste instrumento, a PERMISSIONÁRIA não iniciar, sem justificativa, as atividades referentes à instalação do Café/Bistrô.
- V) se não for respeitado algum item deste Edital, seus anexos e/ou demais documentos que o compõem.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA

A PERMISSIONÁRIA fica especialmente obrigada a:

- a) manter vigilância e segurança no local;



- b) arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à manutenção da atividade e à preservação do imóvel, limpeza e asseio das instalações;
- c) respeitar o horário de funcionamento;
- d) respeitar o direito de vizinhança, evitando barulho, falatório e permanência de pessoas no local;
- e) arcar com todos os impostos e taxas incidentes sobre a atividade ou dela decorrentes, assim como as tarifas de água, esgoto, gás e energia elétrica;
- f) manter os funcionários que estiverem em serviço convenientemente uniformizados e com os materiais e equipamentos de segurança e proteção adequados à função, quando necessários;
- g) arcar com as despesas decorrentes de alterações ou adaptações nas edificações e instalações (piso, rede de energia elétrica, poste de iluminação, rede de água e esgoto com os respectivos pontos, instalação de vestiário, com local adequado para a guarda de seus pertences), em instalações removíveis, devendo retirá-las no encerramento do contrato, sendo que eventuais benfeitorias realizadas que não forem retiradas ao final da permissão de uso, ficarão incorporadas ao patrimônio da PERMITENTE;
- h) solicitar prévia autorização da PERMITENTE para efetuar qualquer tipo de alteração ou adaptação nas instalações do estacionamento;
- i) fixar placa indicativa de se tratar do "Café/Bistrô" em padrão e tamanho a serem definidos pela PERMITENTE;
- j) assumir todas as obrigações trabalhistas e encargos sociais e previdenciários relativos aos funcionários que trabalharem no local e apresentar a documentação comprobatória à PERMITENTE, sempre que solicitada;
- k) cumprir todas as exigências sanitárias, administrativas e fiscais requeridas para o funcionamento do estacionamento;
- l) responder por quaisquer danos ou prejuízos que vier a causar à PERMITENTE, ao imóvel, à propriedade, vizinhos, terceiros e usuários, em decorrência do seu negócio, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a PERMITENTE, o ressarcimento ou a indenização que tais danos possam ocasionar;
- m) manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação;
- n) efetuar seguro de responsabilidade civil, furto, roubo, incêndio, abaloamento, colisão, apresentando a apólice à PERMITENTE;
- o) no caso de rescisão ou encerramento da Permissão, a PERMISSÃO se obriga a desocupar a área retirando os equipamentos objeto desta contratação no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do aviso e efetuando os reparos necessários no local.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - FORÇA MAIOR

Em caso de ocorrência de qualquer motivo de força maior que impeça, total ou parcialmente, o uso do espaço para a finalidade a que se destina, conforme o presente contrato, poderá o PERMITENTE considerar suspenso o prazo de vigência, pelo tempo equivalente ao das obras de restauração ou impedimento de uso, devendo, em tal hipótese, ser lavrado aditamento ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - DA RESCISÃO



A Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto poderá estabelecer por ato próprio e unilateral a rescisão administrativa do Contrato de Permissão Onerosa de Uso independentemente de qualquer interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses de justa causa:

- 1 - Dissolução, falência ou concordata da Cessionária.
- 2 - Utilização diversa do espaço daquela estipulada neste Edital.
- 3 - Atraso no pagamento superior a 2 (dois) meses.
- 4 - Qualquer descumprimento contratual previsto em Lei.
- 5 - Após 60 (sessenta) dias corridos da assinatura do contrato, caso o permissionário não inicie os trabalhos para instalação do "Café/Bistrô", hipótese em que a Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto poderá convocar o segundo colocado da presente Licitação, pelo preço cotado.
- 6 - A PERMISSIONÁRIA venha a fechar, sem justificativa, ou abandonar o imóvel por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos.
- 7 - Quando, por qualquer razão, não for respeitado algum item deste Edital, seus Anexos ou demais documentos que o compõem.
- 8 - Inobservância de qualquer item do Regulamento Básico ou do Contrato de Permissão Onerosa de Uso.
- 9 - Caso a PERMISSIONÁRIA não cumpra o tempo de Cessão Onerosa de Uso estipulado neste Edital, pagará à Fundação Pinacoteca, a título de multa, o valor correspondente ao restante do período da Permissão Onerosa de Uso.
- 10 - Para dar lugar à viabilização da construção do Museu de Arte de Santos.

CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO

Finda ou revogada a qualquer título ou tempo, a PERMISSÃO ONEROSA DE USO, deverá a PERMISSIONÁRIA restituir o espaço em perfeitas condições de uso, conservação e higiene, reparando, às suas custas, qualquer dano ou defeito ocorrido, ou indenizar o PERMITENTE do valor correspondente em dinheiro, mediante laudo de avaliação, se necessário for.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - MULTAS

No caso do não cumprimento de qualquer exigência formulada pelo PERMITENTE, bem como na hipótese do descumprimento de qualquer obrigação assumida no presente termo, ficará a PERMISSIONÁRIA sujeito a rescisão, de pleno direito, deste contrato, e às multas que lhe forem impostas na forma da lei, independentemente da indenização por perdas e danos que cause ao PERMITENTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Independentemente do pagamento do valor da remuneração desta PERMISSÃO ONEROSA DE USO, estipulado na Cláusula Sexta deste contrato, a PERMISSIONÁRIA ficará sujeito à multa de 3% (três por cento), ao dia, sobre o valor da mensalidade cobrada pelas ocupações se, terminada, por qualquer das formas estabelecidas neste instrumento a PERMISSÃO ONEROSA DE USO, e não restituir os objetos deste contrato em perfeito estado de conservação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de rescisão motivada as partes estabelecem a multa contratual pré-fixada de 3 (três) vezes o valor da permissão mensal do último trimestre.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORMA DE GARANTIA

A PERMISSIONÁRIA apresenta em garantia a CAUÇÃO no valor de três vezes a oferta: R\$ 9.000,00 (nove mil reais), a ser corrigido pelos índices da poupança.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

O presente Instrumento de Permissão de Uso de Área para prestação de serviços do Café/Bistrô está sendo lavrado após licitação para seleção do melhor licitante, sendo pessoal e intransferível, vedada a sua cessão e/ou transferência a terceiros, mesmo que parcial, assim como a mudança ou desvio de destinação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santos, como o único competente para o processamento de qualquer procedimento judicial, relativamente a este contrato.

E por estarem comprometidos, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim e em presença das testemunhas, abaixo assinado depois de lido, conferido e achado conforme.

Santos, 01 de agosto de 2016.


Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto


VERA CORREA DE CASTRO ME EPP

Testemunha - CPF:
Nome:

Testemunha - CPF:
Nome: